

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		ÊXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANARIO		RECORD	
		OFF-SIDE	
Jornal de Notícias - 7 NOV. 1985			

SEMIPRESIDENCIALISMO PORTUGUÊS É SEMIPRESIDENCIALISMO DEGENERADO

- afirmou Freitas do Amaral na Faculdade de Medicina (Porto)

O candidato à Presidência da República Freitas do Amaral defendeu ontem no decurso de um colóquio na Faculdade de Medicina do Porto o sistema semipresidencialista consagrado na Constituição como o mais adequado à vida do país, mas criticou o modo como tem sido exercido, pois, como acentuou, «o semipresidencialismo português é um semipresidencialismo degenerado», sendo necessário racionalizar o sistema através da reforma da lei eleitoral, do estabelecimento da coincidência entre o mandato presidencial e a legislatura parlamentar e o reforço da unidade entre o PR e o Executivo. O candidato caracterizou a sua candidatura como inserida no «reformismo democrático», apontando «para reformas estruturais profundas na sociedade portuguesa».

O candidato, que participava na série de colóquios promovidos pela Associação de Estudantes e do Conselho Directivo e que trouxeram já àquela Faculdade os candidatos Maria de Lurdes Pintasilgo e Mário Soares, nas duas semanas anteriores, definiu ainda o papel do presidente da República como «factor de estabilidade governativa, assumindo com dignidade a vontade de independência da Pátria, defendendo e garantindo as instituições democráticas e agindo como árbitro da vida política».

Perante um auditório que encheu por completo a sala da Associação de Estudantes (à semelhança do que sucedeu com os candidatos anteriores), Freitas do Amaral começou por salientar o facto de há 20 anos ser professor universitário e de, assim, ter vivido sempre entre a juventude. Subordinou a sua intervenção a três questões fundamentais: a razão da sua candidatura, o papel do presidente num regime semipresidencialista e num país em crise e a caracterização da sua candidatura face às demais.

Caracterizando as candidaturas que neste momento se perfilam, Freitas do Amaral referiu-se à de Maria de Lurdes Pintasilgo como protagonizando a revolução, «nela se encontrando os herdeiros do MFA e os aliados do Partido Comunista», e

assinalou que ela se enquadrava num projecto terceiro-mundista. No período de debate com os circunstantes



Freitas do Amaral na Faculdade de Medicina (Porto): «Nenhuma Conta Geral do Estado foi apreciada no Parlamento até hoje — e isto é o primeiro dever...»

Freitas do Amaral comentaria recentes afirmações do arcebispo de Braga segundo as quais a candidata, é fiel à doutrina da Igreja dizendo entendê-las como «manifestação de simpatia pessoal» do arcebispo pela candidata, dado que D. Eurico Nogueira nas mesmas afirmações fazia sentir que não estava a tomar posição e afirmava expressamente que a Igreja não o devia fazer.

Relativamente à candidatura de Mário Soares, Freitas do Amaral disse considerá-la como emergente da área que classificou de «conservadorismo socialista», uma candidatura «satisfeita com os progressos alcançados até hoje» de que o «s'ojun» «Consejo Nacional» é a expressão, uma candidatura que encara com receio o futuro. Assim, segundo Freitas do Amaral, face à revisão constitucional, a candidatura de Soares diz «talvez», tem uma «atitude prudente» face à modificação do sistema eleitoral e quanto à revisão da parte económica da Constituição diz «quando for oportuno».

Para Freitas do Amaral, Maria de Lurdes Pintasilgo encarna o presidencialismo, Soares vê a chefia do Estado através da vertente parla-

recentemente publicou, «Uma solução para Portugal», considerando que «hoje Portugal não é um país que se possa dizer feliz», já por razões de política institucional, com uma média de um Governo por ano, sem que nenhum governasse o tempo de uma legislatura, já pela «tremenda ineficácia da Administração Pública», já pelo «viver atormentado por uma crise económica que vai do desemprego à inflação, passando pelo défice do Orçamento do Estado, e uma crise cultural e moral que consiste na perda da confiança em nós próprios», Freitas do Amaral debruçou-se ainda sobre a crise cultural e moral, referindo que os portugueses estão a viver mal e que o Poder político não tem autoridade para obstar a isso: «É preciso mobilização nacional

to», tendo afirmado que entre nós se acentuou infelizmente «o conflito» porque o reforço da autoridade do presidente da República não serviu para a estabilidade governativa, tendo-se acentuado o fenómeno do conflito institucional entre o presidente e o primeiro-ministro. «Isto prejudica a unidade do Estado e do Poder executivo» — disse, acentuando ser necessário reforçar a unidade do presidente com o Executivo.

Freitas do Amaral referiu-se ainda ao acordo que firmou com o PSD e à atitude que, no caso de ser eleito, tomaria face ao Governo minoritário de Cavaco Silva. Explicitou que o que ficou exarado no acordo foi que não demitiria tal Governo «só pelo facto de ser minoritário», acrescentando que governos minoritários não são a regra, mas que em certas circunstâncias são necessários. Por isso, em seu entender, não faria sentido que em Março qualquer dos candidatos que triunfasse nas «presidenciais» demitisse o Governo só pelo facto de ele ser minoritário, o que considerou que é já patente na opinião que os diversos candidatos têm manifestado face ao Executivo que ontem tomou posse.

● **Candidato ideal seria o que desse um motivo para confiarem — diz Bessa Luís**

«Neste momento de desmoralização, o candidato ideal teria de ser aquele que desse ao conjunto dos portugueses um motivo para confiarem» — disse ontem a escritora Agustina Bessa Luís, mandatária nacional da candidatura presidencial de Freitas do Amaral.

A escritora afirma-se muito honrada com a escolha para o cargo de mandatária e comentou: «Espero honrar também todos os portugueses porque nas circunstâncias em que nos encontramos temos de escolher um presidente que use de realismo político».

para vencer a crise e o impulso decisivo tem que vir do Estado» — considerou, acrescentando: «Há uma saída para a crise; há uma solução para Portugal — mas a margem é estreita».

Freitas do Amaral referiu ainda que no sistema semipresidencialista, o papel do presidente da República pode ser encarado como «função ao serviço da função institucional» ou como «função ao serviço do conflito».